CRISTINA SAIZ JABARDO

**“EXTENSÃO” DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA NA
ARBITRAGEM
COMERCIAL INTERNACIONAL: O CASO DOS GRUPOS
SOCIETÁRIOS**

**Dissertação de mestrado apresentada à
Faculdade de Direito da Universidade de
São Paulo, área de concentração Direito
Internacional.**

ORIENTADOR: PROFESSOR TITULAR LUIZ OLAVO BAPTISTA

**FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
São Paulo - 2009**

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho. Agradecê-las é o mínimo que posso fazer para mostrar meu reconhecimento por tudo o que fizeram por mim.

Em primeiro lugar, agradeço ao Professor Luiz Olavo Baptista, orientador, professor, chefe, amigo e, acima de tudo, exemplo, profissional e pessoal. Impossível conviver com ele sem ser contagiado com a sua paixão pelo Direito e por tudo o que faz. Sua capacidade de simplificar os problemas mais complexos nos faz perder o medo de encará-los. Seu constante apoio, estímulo, paciência e compreensão, tanto quanto as sugestões e críticas, foram determinantes para o resultado que ora se apresenta.

Ao Maurício Prado, à Daniela Zaitz e à Adriana Braghetta, por serem tão jovens e brilhantes, incentivando-me a melhorar sempre. Agradeço a confiança, o estímulo, os conselhos e o apoio incondicional.

Este trabalho certamente não teria chegado a termo não fosse pelo apoio do L.O. Baptista Advogados, ao qual sou inestimavelmente grata. Agradeço também a todos os colegas que assumiram os meus trabalhos durante a minha ausência do escritório, em especial Débora Auler de Almeida Prado e Ricardo Medina Salla.

À Maria Lúcia de Borba Rolim, pela ajuda na pesquisa bibliográfica.

Ao meu pai, pelo exemplo que é. Por acreditar tanto em mim, pelos conselhos de um acadêmico apaixonado e por ser tão amigo. Como se não bastasse, facilitou-me o acesso a bibliografia: se não fosse pela sua ajuda, minha pesquisa teria sido bem mais restrita.

À minha mãe, o cuidado, o apoio incondicional, a companhia e a paciência inigualável. Acima de tudo, agradeço a ela por ser tão amiga. A ela, devo também agradecer a leitura e a revisão deste trabalho, ajuda inestimável na reta final.

Por fim, um agradecimento especial ao Cassio, amor da minha vida, pelo companheirismo e pela compreensão, fundamentais para a conclusão desta dissertação. Obrigada por ter cuidado de tanta coisa sozinho ... e por ter compreendido sempre.

“Le droit est la plus puissante des écoles de l’imagination”

Jean GIRAUDOUX

RESUMO

O objeto de estudo desta dissertação é a abrangência subjetiva da cláusula compromissória, especificamente daquela celebrada por sociedades pertencentes a grupos societários. O problema, ainda novo no Brasil devido ao desenvolvimento recente da arbitragem em nosso país, já foi objeto de muito debate na Europa e nos Estados Unidos, onde a arbitragem é usada há muitos anos como método alternativo de resolução de conflitos.

No âmbito da arbitragem comercial internacional, consolidou-se, tanto na jurisprudência como na doutrina, a “teoria da unidade econômica dos grupos societários”. Ela reconhece a especificidade do problema que a presença de agrupamentos de sociedades suscita na arbitragem, devido, essencialmente, à dupla realidade que eles representam – unidade diretiva e econômica e diversidade jurídica. Nesta dissertação, procuramos expor as bases sobre as quais essa teoria, consolidada na prática comercial internacional, se assenta. Se no Brasil o tema não foi suficientemente discutido, podemos aprender as lições daqueles que não só já debateram exaustivamente a questão como, também, parecem já ter encontrado uma solução, ainda que ela não seja indene de críticas e ainda mereça ser aperfeiçoada.

De início, tentamos conceituar e caracterizar os grupos societários. Em seguida, fizemos um apanhado de casos emblemáticos da jurisprudência arbitral e estatal, de diversos países, que recorreram à “teoria da unidade econômica do grupo”. Nosso intuito foi verificar a solução conferida ao problema por aqueles que se depararam com ele no caso concreto. Depois, procuramos expor a visão da doutrina sobre a “teoria da unidade econômica do grupo”, para podermos concluir onde reside o problema central da questão. Ao fim, discutimos o possível obstáculo, apontado por alguns autores, à aplicação da teoria no Direito brasileiro.

Palavras-chave: Teoria da unidade econômica do grupo; Extensão da cláusula compromissória; Abrangência da cláusula compromissória; Caso Dow-Chemical; Consentimento, forma e prova da convenção arbitral.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to discuss who are the parties to the arbitration agreement, especially regarding the convention executed by companies that form part of a group. The issue, still topical in Brazil due to the recent development of the arbitration in our country, has already been subject to much debate in Europe and in the United States, where arbitration has been used for years as an alternative dispute resolution method.

In international arbitration, the “group of companies” theory has been restated, both within the legal authorities and in case law. Such theory acknowledges the specificity of the issue raised by the presence of groups of companies in arbitration, especially due to their dual characteristics – managerial and economical unit and legal diversity. In this paper, we have sought to settle the basis over which such theory, already settled in the international commercial arbitration practice, is construed. Since in Brazil the subject has been scarcely discussed, we may learn lessons from those who have not only exhaustively debated it but who also seem to have found a way to solve it, even if it is not immune to criticism and still ought to be improved.

We have initially tried to clarify the notion and the characteristics of the groups of companies. We have subsequently gathered a number of illustrative arbitral and state case law, from different countries, which have made use of the “group of companies” theory. Our aim was to verify the solution given to the issue by those who have actually been faced with the problem. Then, we have tried to present the legal authority’s view on the “group of companies theory” in order to conclude where the issue is in fact centered. In the end, we have discussed a possible obstacle, which certain authors have raised, as to the application of the theory in the Brazilian Law.

Keywords: Group of companies theory; Extension of the arbitration agreement; Scope of the arbitration agreement; Dow-Chemical Case; Consent; form and evidence of the arbitration agreement.

1 INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei de Arbitragem, em 1996, o julgamento de constitucionalidade dessa Lei, em 2001¹, e a ratificação da Convenção de Nova Iorque, em 2002, permitiram que a arbitragem ganhasse terreno em nosso país. Com o desenvolvimento desse método de resolução de conflitos no Brasil, questões que, há tempos, se apresentam com frequência nos países de maior tradição na arbitragem começaram a surgir por aqui também. A “extensão”² dos efeitos da cláusula compromissória, em especial no âmbito dos grupos societários, é um exemplo.

Na França e nos Estados Unidos, a questão tem sido objeto, há mais de trinta anos, de muitos e acalorados debates.³ Inúmeros artigos e trabalhos acadêmicos já se dedicaram ao tema, e a jurisprudência, arbitral e estatal, é farta. No Brasil o panorama é outro. Apesar da proliferação de publicações e trabalhos acadêmicos sobre a arbitragem, só agora começam a aparecer estudos sobre temas mais “refinados” do “direito arbitral”, sendo a “extensão” dos efeitos da cláusula compromissória um deles.

O objeto de nosso estudo é, precisamente, a relação da cláusula compromissória celebrada por sociedades integrantes de grupos econômicos com as não-signatárias pertencentes ao mesmo grupo. A prática arbitral tem demonstrado que essa questão se apresenta com muita frequência. Até hoje, porém, não parece existir consenso na doutrina quanto aos fundamentos teóricos que servem para embasar a abrangência de não-signatários pela cláusula compromissória. Embora a questão da abrangência da convenção arbitral não se apresente apenas no âmbito dos grupos de sociedades, é nele que ela prolifera⁴, o que é corroborado pela farta jurisprudência existente.

O tema envolve interesses práticos e teóricos relevantes. Do ponto de vista prático, dois fatores se reúnem: de um lado, um intenso movimento de concentração de empresas,

¹ STF, SEC 5206-7. Disponível em:

<www.cbar.org.br/jurisprudencia/constitucionalidade/constitucionalidade_4.html>. Acesso em 02 jan. 2009.

² Ao longo deste trabalho – como, aliás, no título – usaremos o termo “extensão” entre aspas porque, como veremos na Seção IV, ele não é correto do ponto de vista técnico. Quando iniciamos os nossos estudos, ainda não tínhamos uma visão clara do problema proposto neste trabalho e, por isso mesmo, acompanhamos a nomenclatura usualmente utilizada na jurisprudência e na doutrina. Aprofundando-nos sobre o tema, porém, pudemos verificar a inadequação do termo. Conforme veremos, não se trata de estender o alcance da cláusula compromissória, mas, sim, de defini-lo, ou seja, de determinar quem são as partes da convenção arbitral. Quando chegamos a essa conclusão, no entanto, já não podíamos alterar o título desta dissertação.

³ COHEN, Daniel. *Arbitrage et société*. Paris: LGDJ, 1993, p. 273.

⁴ JARROSSON, Charles. Conventions d'arbitrage et groupes de sociétés: the arbitration agreement: its multifold critical aspects. *ASA Special Series*. no. 8, p.228, déc. 1994.

resultando na constituição de grupos societários, conjuntos de sociedades juridicamente independentes umas das outras, porém sujeitas a uma unidade de decisão econômica. De outra parte, constata-se o uso praticamente sistemático da arbitragem nos litígios do comércio internacional, âmbito em que a atuação dos grupos de sociedades se destaca.⁵ Do ponto de vista teórico, a questão interessa porque envolve matérias diversas: societário, contratual e arbitral.

No comércio internacional, e em países onde a prática da arbitragem já se consolidou, ganhou força, no tratamento da questão, a “teoria da unidade econômica dos grupos”.⁶ Ela tem sido invocada para trazer integrantes de grupos societários a procedimentos arbitrais, mesmo não tendo assinado a convenção de arbitragem, desde que esta o tenha sido por outros membros do mesmo agrupamento.

Resumidamente, os requisitos para que uma não-signatária seja abrangida pela cláusula compromissória, segundo essa teoria, são: a) a sociedade, juridicamente independente, que se pretende trazer para a arbitragem, ou que quer ser parte dela, integra um grupo societário que representa uma realidade econômica única (“*une réalité économique unique*”), b) a não-signatária teve papel relevante e ativo na conclusão e/ou na execução do contrato que ensejou o litígio, c) o fato de a não-signatária se ver abrangida pela cláusula compromissória reflete a vontade comum das partes no procedimento.⁷

Com a análise da experiência de outros países, pretendemos contribuir para esclarecer um tema que ainda causará debate no Brasil (veremos, ao longo deste estudo, que ele já tem levantado discussões), buscando refletir sobre as soluções já utilizadas. Nesse sentido, o estudo da teoria da unidade econômica do grupo é de fundamental importância. Veremos como essa teoria tem sido aplicada na prática. Estudaremos também os autores que a defendem e aqueles que a criticam. Pretendemos verificar se os seus fundamentos fazem sentido e se eles são compatíveis com o nosso Direito.

⁵ COHEN, Daniel. **Arbitrage et société**. 1993. p. 274.

⁶ A teoria é também denominada “[...] teoria dos grupos de sociedades” (WALD, Arnoldo. A teoria dos grupos de sociedades e a competência do juízo arbitral. **Revista de Direito Mercantil: Industrial, Econômico e Financeiro**, ano XXXV, n. 101, p. 21-26, jan./mar. 1996). Em inglês, ela é referida como “group of companies doctrine” ou “group of companies theory” (JARVIN, Sigvard. The group of companies’ doctrine. **ASA Special Series**, no. 8, p. 181-207, 1994).

⁷ Tradução livre de definição usada pelo grupo de trabalho da UNCITRAL constituído para alterar a Lei-Modelo UNCITRAL. Ele pode ser encontrado no relatório A/CN.9/WG.II/WP.108/Add. 1, Page 5, Nota de rodapé n. 1, disponível em <http://www.uncitral.org/uncitral/en/commission/working_groups/2Arbitration.html>: “The theory may be summarized as requiring (1) that the legally distinct company being brought under the arbitration agreement is part of a group of companies that constitutes one economic reality (*une réalité économique unique*), (2) that the company played an active role in the conclusion and performance of the contract and (3) that including the company under the arbitration agreement reflects the mutual intention of all parties to the proceedings.”

A frequência com que a questão da abrangência da cláusula compromissória se apresenta na prática nos leva a indagar se não seria necessária mudança na legislação, que pudesse contribuir para pacificar o tema.⁸ Pretendemos chegar a uma resposta ao final deste estudo.

Exposto o objeto de nosso estudo, convém esclarecer suas delimitações, para, depois, estabelecermos uma premissa e, ao final, expormos nosso método de estudo.

1.1 DELIMITAÇÕES

Trataremos especificamente da cláusula compromissória, como espécie da qual a convenção é gênero. Não cabe, neste estudo, pelos motivos que a seguir serão expostos, tratar do compromisso arbitral.

1.1.1 Primeira Delimitação: Cláusula Compromissória e Compromisso Arbitral

O acordo entre as partes, a partir do qual a arbitragem nasce, denomina-se “convenção arbitral”. Esta é gênero, do qual são espécies o compromisso arbitral e a cláusula compromissória.⁹ A distinção entre ambas não é comum a todos os ordenamentos jurídicos. A lei de arbitragem espanhola, por exemplo, fala apenas em “convenção arbitral”.

No Brasil¹⁰, entretanto, a diferença é clara, com consequências relevantes, as quais, contudo, não merecem maior atenção no presente estudo.

As funções de cada uma dessas espécies precisam ser destacadas. Mediante a inserção, em um contrato, de uma cláusula compromissória, “[...] as partes convencionam resolver, por meio da arbitragem, as divergências que surjam entre elas, geralmente quanto à execução ou interpretação de um contrato¹¹”, conforme definição do Professor Luiz Olavo Baptista. Com a celebração do compromisso arbitral, por outro lado, as partes têm

⁸ Essa preocupação foi objeto de debates do já referido grupo de trabalho da UNCITRAL e contribuiu para a alteração sofrida pela Lei-Modelo em 2006.

⁹ A distinção, antiga em nosso direito, foi mantida pela Lei de Arbitragem, em seu art. 3º: “As partes interessadas podem submeter a solução de seus litígios ao juízo arbitral mediante convenção de arbitragem, assim entendida a cláusula compromissória e o compromisso arbitral.”

¹⁰ BAPTISTA, Luiz Olavo. Cláusula compromissória e compromisso. In: MAGALHÃES, José Carlos de; BAPTISTA, Luiz Olavo. **Arbitragem comercial**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1986. p. 31. O autor indica que também a França, a Bélgica e a Holanda fazem a distinção entre a cláusula compromissória e o compromisso arbitral.

¹¹ BAPTISTA, Luiz Olavo. Cláusula compromissória e compromisso. 1986. p. 31.

por objetivo estabelecer que um litígio concreto, já nascido, seja solucionado por arbitragem.

Como a cláusula compromissória diz respeito a um conflito futuro e incerto, que pode ou não surgir, pode ser que a relação contratual, conforme inicialmente concebida, sofra mudanças, tanto *rationae materiae* quanto *rationae personae*. Como o compromisso arbitral versa sobre um litígio determinado e, portanto, já existente e precisamente delimitado, essas mudanças não se colocam. É por isso que neste estudo falaremos apenas da cláusula compromissória (igualmente referida como cláusula arbitral ou de arbitragem). As referências, nesta dissertação, a convenção arbitral dirão respeito à espécie “cláusula compromissória”. O compromisso arbitral, por sua vez, estará fora deste estudo.

Tampouco trataremos, nesta dissertação, da abrangência da cláusula compromissória no seio dos grupos públicos, pelos motivos que abaixo esclarecemos.

1.1.2 Segunda Delimitação: Os Grupos Públicos

Embora a questão da abrangência, pela convenção arbitral, de um órgão estatal, de um Estado soberano ou de uma empresa pública não-signatários também se apresente com frequência na prática, e apesar de seu interesse teórico, não a abordaremos.¹² Não obstante alguma similitude que o tema possa ter com os grupos societários¹³, a questão apresenta também um importante componente de direito público (por exemplo, renúncia a imunidade de jurisdição, entre outros).

Os fundamentos invocados na definição da abrangência da cláusula compromissória no âmbito dos grupos de sociedades, a nosso ver, não são os mesmos que poderiam ser invocados no seio de um grupo público. A jurisprudência a respeito confirma nosso entendimento.¹⁴ Em verdade, em função de questões sensíveis que esse tema implica, ele merece estudo específico e a parte deste que ora empreendemos.

Foge ao objeto de nosso estudo a transmissão da cláusula compromissória, outra hipótese em que não-signatárias de uma convenção arbitral podem ser afetadas por seus efeitos.

¹² Para bibliografia a respeito do assunto, ver, por exemplo, LEBOULANGER, Philippe. Groupes d'états et arbitrage. *Rev. Arb.*, Paris, p. 415-443, 1989 e CAPRASSE, Olivier. *Les Sociétés et l'Arbitrage*. Paris:: LGDJ, 2002. p. 428-442. Justamente pelo grande interesse que o tema específico suscita, e pela complexidade das questões que ele envolve, a “extensão” subjetiva da cláusula compromissória no âmbito dos grupos de Estado merece ser objeto de estudo específico.

¹³ Tanto nos grupos societários como nos de Estado, existe pluralidade jurídica, unidade econômica e coincidência de interesses.

¹⁴ Vale lembrar, nesse sentido, dos célebres casos “Plateau des Pyramides” e “Westland Helicopters”.

1.1.3 Terceira Delimitação: A Transmissão da Cláusula Compromissória

Embora a questão da abrangência da cláusula compromissória seja também referida, comumente, como “transmissão” da convenção arbitral, essas hipóteses não se confundem.

Em princípio, há possibilidades, a nosso ver até inquestionáveis, de não-signatárias se verem afetadas pelos efeitos de uma convenção arbitral, sendo a transmissão¹⁵ um exemplo. Esta ocorre nos casos de sub-rogação, sucessão, cessão de créditos ou de contratos e fusão, cisão ou incorporação de sociedades, e tem pressupostos distintos da “extensão”, objeto de nossa análise.

Nessas situações, uma sociedade que não celebrou uma cláusula compromissória poderá ser, automaticamente, considerada parte da arbitragem. Isso se dará não porque, através de atos concludentes durante as negociações ou na execução do contrato litigioso, ela manifestou sua vontade de se tornar parte dele. A transmissão da cláusula arbitral se dará porque a pessoa relativamente à qual se pretende transmitir a convenção adquiriu a condição de parte, substituindo a contratante original: ela passou a ocupar a posição da signatária, seja em virtude da cessão de créditos ou de contratos, seja porque a sociedade que originalmente celebrou a cláusula compromissória fundiu-se, cindiu-se ou foi incorporada pela sociedade à qual o pacto arbitral foi transmitido.

Não nos parece lógico sustentar, por exemplo, que um contrato tenha sido cedido, mas a cláusula compromissória, que estabelece como serão resolvidos os conflitos originados desse contrato, não o tenha sido.¹⁶

¹⁵ Para um estudo aprofundado da transmissão da cláusula compromissória, LI, Xiao-Ying. **La transmission et l’extension de la clause compromissoire dans l’arbitrage international**. 1993. Tese (Doutorado) - Universidade de Bourgogne, Dijon, 1993. Orientação do Prof. Eric Loquin. Ver também MAYER, Pierre. La circulation des conventions d’arbitrage. **Journal de Droit International**, p.253, 2005; SERAGLINI, Christophe. L’arbitrage commercial international. In: BEGUIN, Jacques; MENJUCQ, Michel (Org.). **Droit du Commerce International**. Paris: Litec, 2005. p. 963; DELEBECQUE, Philippe. La transmission de la clause compromissoire. **Rev. Arb.**, Paris, no. 1, p. 19, 1991; GIRSBERGER, D.; HAUSMANNINGER, Christian. Assignment of rights and agreements to arbitrate. **Arbitration International**, vol. 8, no. 2, p. 121, 1992; LOQUIN, Eric. Différences et convergences dans le régime de la transmission et de l’extension de la clause compromissoire devant les juridictions françaises. **Cahiers de l’Arbitrage**: Gazette du Palais, n.1, 1^{ère} partie, p. 7, 2002.

¹⁶ XIAO-YING. **La transmission et l’extension de la clause compromissoire dans l’arbitrage international**. 1993. Tese (Doutorado) – Universidade de Bourgogne, Dijon, 1993. Orientação do Prof. Eric Loquin. p. 37.

A questão da transmissão da cláusula compromissória se coloca especialmente quando da transmissão de obrigações substanciais que derivam do contrato principal.

Se duas sociedades, por meio de fusão, criam uma terceira sociedade conjunta, esta deverá suceder as sociedades que se fundiram, em seus direitos e obrigações. Nesse contexto, as cláusulas compromissórias contidas em documentos contratuais celebrados pelas sociedades que deram origem à sociedade resultante da fusão serão transmitidas para esta. O mesmo raciocínio se aplica no caso de cisão ou incorporação.

Exemplo ilustrativo de “transmissão” da cláusula compromissória é o da Sentença Estrangeira Contestada nº 83, julgada pelo Superior Tribunal de Justiça.¹⁷

A Corte reconheceu que, embora a sociedade demandada não tenha sido a contratante original, obrigou-se em função da cessão de um contrato, operada por sua subsidiária que ela, depois, incorporou.

Conforme a Corte ressaltou nesse caso, a posição assumida pela requerida demonstrou, de maneira incontestável, que houve a transmissão da cláusula compromissória.¹⁸ Vale lembrar que, *in casu*, o Ministério Público salientou que a requerida, ao incorporar sua subsidiária, assumira todos os direitos e obrigações da sociedade que havia inicialmente cedido o contrato litigioso, inclusive, como não poderia deixar de ser, a cláusula arbitral nele contida.

A transmissão da cláusula compromissória é hipótese diversa da que compõe o objeto de nosso estudo, e por isso, tampouco será abordada. Por outro lado, há uma questão, que interessa diretamente a discussão sobre a transmissão da cláusula compromissória, que é também relevante para o nosso estudo: a autonomia da cláusula compromissória em relação ao contrato que a contém.

Sustentamos que a autonomia da convenção arbitral não impede que não-signatárias de uma convenção litigiosa, cuja vontade foi deduzida de seu comportamento e de atos concludentes relativos ao contrato-base, seja abrangida por essa convenção. Essa

¹⁷ STJ, Sentença estrangeira contestada nº 831 – FR (2005/0031310-2)

¹⁸ Conforme trecho da sentença referida: “É certo que a INEPAR S/A, embora não tenha sido contratante original, obrigou-se em face de uma cessão do “Acordo de Contrato” pela SVE à SVIS, subsidiária da ora requerida e que foi por esta incorporada e extinta. Por necessário e conclusivo, do que dos autos consta, verifico que diante da posição assumida pela Inepar, refere ao Acordo de Consórcio, no juízo arbitral e por força da cessão decorrente do “Documento Contratual”, assim denominado o “Instrumento Contratual de Assunção de Dívida, de Confissão de Dívida, de Dação em pagamento, de Cessão de Contratos, de Transferência de Empregados e Outros Pactos, datado de 31 de outubro de 1996, firmados entre a SADE e a SVIS, sendo esta última, repito, incorporada pela INEPAR, e da aceitação da referida transferência pela SET, em 23 de julho de 1999, fica afastada a ilegitimidade passiva da empresa brasileira INEPAR, tanto na Corte arbitral como no presente feito. **A posição assumida pela INEPAR ao incorporar a SVIS em relação à cessão de contratos é prova inequívoca da transmissão da cláusula arbitral.**” (grifo nosso).

conclusão, aliás, é a premissa a partir da qual parte o nosso estudo. Se não a aceitarmos, cai por terra a possibilidade, aventada neste trabalho, de que não-signatárias sejam abrangidas pela cláusula compromissória em função de um consentimento deduzido de seu comportamento durante as negociações ou na execução do contrato litigioso.

1.2 PREMISSA: A AUTONOMIA DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA NÃO IMPEDE A SUA “EXTENSÃO”

Sustentar que a determinação da abrangência de não-signatários¹⁹ pela cláusula arbitral depende da atitude das partes relativamente ao contrato-base que a contém não é contraditório com o princípio da autonomia da cláusula arbitral.

O princípio acima referido é reconhecido pela maior parte dos sistemas legais nacionais²⁰, em especial no âmbito da arbitragem comercial internacional, e dos Regulamentos de Arbitragem²¹. O art. 16 (1) da lei Modelo UNCITRAL²² contém igualmente esse princípio. Em nossa Lei de Arbitragem, ele é consagrado no art. 8º.²³

A autonomia da cláusula arbitral funda-se em duas ordens de motivação. De um lado, ao necessário respeito à vontade manifestada pelas partes de se submeterem à arbitragem, o que implica que a intenção das partes foi a de que a nulidade ou invalidade do contrato em questão também fosse resolvida pela via arbitral. E, de outro lado, a função distinta que a cláusula compromissória cumpre relativamente ao contrato que a contém.

Com efeito, o contrato-base sistematiza os direitos e as obrigações substantivas das partes, ou seja, dispõe a respeito das prestações patrimoniais de cada uma delas. A cláusula arbitral, por sua vez, é um contrato cuja finalidade principal é estabelecer um procedimento alternativo de resolução dos litígios suscetíveis de originar-se do contrato em que ela está

¹⁹ XIAO-YING. *La transmission et l’extension...* 1993. p. 26-34.

²⁰ Apenas para citar alguns exemplos: art. 7 do Arbitration Act inglês de 1996; art. 1040.1 da Lei Alemã de arbitragem; art. 8 a Lei de Arbitragem Espanhola; art. 1053 da Lei de Arbitragem Holandesa, entre muitos outros.

²¹ A título de exemplo apenas, sem caráter exaustivo, podemos citar o Art. 6.4 do Regulamento de Arbitragem da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional; Art. 23.1 do Regulamento de Arbitragem da London Court of International Arbitration; Art. 21.2 do Regulamento de Arbitragem Ad-Hoc da UNCITRAL; e Art. 15.2 do Regulamento de Arbitragem da American Arbitration Association.

²² UNCITRAL é a sigla de “United Nations Commission on International Trade Law” (Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional).

²³ **Art. 8º** A cláusula compromissória é autônoma em relação ao contrato em que estiver inserta, de tal sorte que a nulidade deste não implica, necessariamente, a nulidade da cláusula compromissória. Parágrafo único Caberá ao árbitro decidir de ofício, ou por provocação das partes, as questões acerca da existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem e do contrato que contenha a cláusula compromissória.

inserida, substitutiva da via jurisdicional.²⁴ Por outro lado, a autonomia substantiva da cláusula arbitral responde, igualmente, a uma finalidade prática, que consiste em impedir que a arbitragem seja paralisada sempre que se questione a validade do contrato que a contém.²⁵

Esse reconhecido princípio produz dois efeitos: de um lado, o de “conexão”²⁶, também chamado de “regulamentação para os fins do direito internacional privado”, em virtude do qual a cláusula arbitral não se submete ao direito aplicável ao contrato em que ela está contida ou ao qual ela se refere. De outro lado, ele tem efeitos também quanto ao seu mérito, à substância, tendo a cláusula arbitral “vida” jurídica própria, ou seja, independente do contrato que a contém, de forma que a possível invalidade, ineficácia ou resolução do contrato principal não se estende, necessariamente, ao pacto arbitral nele contido.²⁷

A autonomia da cláusula arbitral lhe permite ter destino diverso do contrato que a contém ou ao qual ela se refere. Essa autonomia não a obriga, por outro lado, a ter destino diferente. A causa da invalidade ou da ineficácia alegada por uma das partes pode afetar unicamente o contrato-base, apenas a cláusula arbitral (por exemplo, se o objeto do litígio não é arbitrável), ou ambos. Vislumbramos, aqui, a hipótese de o contrato-base conter cláusula arbitral, porém de existir, nesse sentido, ausência de consentimento, ou algum tipo de vício em relação à manifestação da vontade das partes.²⁸

Não faz sentido que, em função do princípio da autonomia da cláusula compromissória, se exija que o consentimento relativo à convenção arbitral se manifeste de forma autônoma e distinta daquele relativo ao contrato principal. A existência de dois atos

²⁴ FOUCHARD, Philippe; GAILLARD, Emmanuel; GOLDMAN, Berthold. **Traité de l'arbitrage commercial international**. Paris: Litec, 1996. p. 395-430.

²⁵ ANCEL, Jean Pierre, L'actualité de l'autonomie de la clause compromissoire. In: TRAVAUX DU COMITÉ FRANÇAIS DE DROIT INTERNATIONAL PRIVÉ: années 1991-1993. Paris: CNRS, pp. 82-83; MAYER, Pierre, Les limites de la séparabilité de la clause compromissoire. **Rev. Arb.**, n. 2, 1998, pp. 362.

²⁶ A denominação é de KLEIN, Frédéric Edouard. Du caractère autonome de la clause compromissoire, notamment en matière d'arbitrage international: (dissociation de la nullité de cette clause et de celle du contrat principal). **Revue Critique de Droit International Privé**, v. 50, p. 521, 1961, que distingue a autonomia “en matière de rattachement” e a autonomia “matérielle”.

²⁷ Ver, nesse sentido, KLEIN, *ibid.*, p. 506; REDFERN, Allan, HUNTER, Martin. **Law and practice of international arbitration**. 4th ed. Stamford: Sweet and Maxwell, 2004. p. 132-134; ANCEL, Jean Pierre, L'actualité de l'autonomie de la clause compromissoire. In: TRAVAUX DU COMITÉ FRANÇAIS DE DROIT INTERNATIONAL PRIVÉ: années 1991-1993. Paris: CNRS, p. 76; GIRSBERGER, Daniel; HAUSMANNINGER, Christian. Assignment of rights and agreements to arbitrate. **Arbitration International**, vol. 8, no. 2, p. 121-166, 1992; MAYER, Pierre. Les limites de la séparabilité de la clause compromissoire. **Rev. Arb.**, Paris, no. 2, p. 359-368, 1998, que considera que o termo “separabilité” é mais preciso que “autonomia”, ajustando-se melhor às relações existentes entre a cláusula compromissória e o contrato que a contém ou a que ela se refere.

²⁸ KLEIN, *op. cit.*, p. 506; JARVIN, Sigvard. The sources and limits of the arbitrators' powers. **Arbitration International**, no. 2, p. 153, 1986.

jurídicos autônomos não é incompatível com a de apenas uma troca de consentimentos.²⁹ Efetivamente, a cláusula arbitral, devido à sua especificidade, pode apresentar um regime jurídico autônomo e independente em relação ao contrato principal. Entretanto, essa eventual dissociação da cláusula arbitral relativamente ao contrato que a contém não deve existir no que se refere ao acordo de vontades.

Jean-Pierre Ancel salienta que, sob a ótica da formação do acordo de vontades, a cláusula compromissória faz indiscutivelmente parte do campo contratual. Ela está estreitamente ligada à negociação das cláusulas substanciais do contrato principal: as partes contratantes quiseram, ao mesmo tempo, entender-se sobre disposições de mérito e submeter seus eventuais litígios à arbitragem, em um conjunto indissociável relativamente à sua vontade comum criadora de laços contratuais.³⁰

Podemos, portanto, concluir que a autonomia da cláusula compromissória não representa obstáculo à abrangência de não-signatárias quando a vontade destas se manifesta através de um comportamento concludente, durante a negociação, a conclusão, a execução ou a rescisão do contrato litigioso. Segundo Fadlallah, em seu conteúdo a cláusula arbitral se mostra, em verdade, inseparável das demais estipulações do contrato. De acordo com esse autor, não seria razoável isolar a cláusula compromissória do complexo de direitos e obrigações contratuais consubstanciados no contrato, quando da interpretação da vontade contratual.³¹

Feitas as delimitações do objeto de nosso estudo e esclarecida essa premissa, passamos a expor a estrutura desta dissertação.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Iniciaremos nosso estudo com uma exposição a respeito do conceito de grupos societários, suas características e estrutura. Com ele, pretendemos evidenciar os desafios que sua presença pode gerar, em especial no campo da arbitragem.

Na seção seguinte, passaremos a expor um apanhado de casos emblemáticos da jurisprudência arbitral e estatal, de diversos países, que recorreram à “teoria da unidade

²⁹ DERAIS, Yves. Les tendances de la jurisprudence arbitrale internationale. **Journal de Droit International**, v.4, p. 832, 1993; FOUCHARD, Philippe; GAILLARD, Emmanuel; GOLDMAN, Berthold. **Traité...** 1996. p. 225.

³⁰ ANCEL, Jean Pierre, L'actualité de l'autonomie de la clause compromissoire. In: TRAVAUX DU COMITÉ FRANÇAIS DE DROIT INTERNATIONAL PRIVÉ: années 1991-1993. Paris: CNRS, p. 96.

³¹ FADLALLAH, Ibrahim. Clauses d'arbitrage et groupes de sociétés. In: TRAVAUX DU COMITÉ FRANÇAIS DE DROIT INTERNATIONAL PRIVÉ: années 1984-1985. Paris: CNRS, 1987. p. 117.

econômica do grupo”. Nosso intuito foi o de verificar a solução conferida à questão dos grupos de sociedades na arbitragem por aqueles que com ela se depararam no caso concreto. Os julgados serão ordenados cronologicamente, para evidenciar a evolução da jurisprudência no assunto.

Estudada a jurisprudência, na seção subsequente faremos uma exposição da visão da doutrina sobre a questão da abrangência da cláusula compromissória no seio dos grupos de sociedades. Daremos especial atenção às críticas e elogios relativos à “teoria da unidade econômica do grupo”, invocada nos casos estudados na seção anterior. Nosso objetivo é, através de uma análise crítica dos comentários da doutrina, chegarmos a uma conclusão sobre a solução adequada para o problema, momento em que pretendemos expor os fundamentos que, a nosso ver, são adequados para tratar a questão.

Conforme mencionamos, nosso objetivo, neste trabalho, é expor o que já foi debatido em países onde a prática da arbitragem está consolidada, para extrairmos lições. Nesse sentido, temos de verificar se as soluções encontradas lá fora, expostas neste estudo, são compatíveis com o nosso Direito. Assim, em seção específica subsequente, discutiremos o possível obstáculo, apontado por alguns autores, à abrangência de não-signatários pela cláusula compromissória no Direito brasileiro. Poderemos, então, tirar nossas conclusões e propor recomendações.

6 CONCLUSÕES

Quando uma sociedade, integrante de um grupo, celebra um contrato que contém cláusula compromissória, pode outra integrante desse agrupamento, que não assinou a convenção, invocar o pacto arbitral ou ser demandada com base nele? A questão, como vimos, foi, e continua sendo, há muitos anos, objeto de debates nos países em que a prática da arbitragem é corrente. Muitos defendem que a solução, em verdade, se encontra no posicionamento que se adote relativamente a questões de alcance mais geral. Ou seja, o enfoque dado à questão derivaria de um entendimento de certa forma ideológico do problema. Nesse sentido, as soluções estariam calcadas numa visão “mercatorista”³² ou “conflitualista”³³ do tema. A nosso ver, esse enfoque é absolutamente enganado e inadequado.

Vimos que o reconhecimento da realidade econômica única do grupo de sociedades é apenas acessório para a solução do problema. É certo que, neste tema, é necessário reconhecer que a vontade expressa por uma sociedade pertencente a um grupo nem sempre reflete sua vontade individual, mas sim a daquela(e) que detém o seu controle efetivo. Essa peculiaridade deve ser levada em consideração na definição da abrangência da cláusula compromissória.

Conforme tivemos a oportunidade de mencionar, o problema proposto nesta dissertação não é o da extensão dos efeitos da cláusula compromissória a terceiros, como muitos a ele erroneamente se referem. Não se trata de determinar o alcance dessa cláusula mas, simplesmente, de decidir se uma sociedade não-signatária de um contrato manifestou, por outros meios que não pela sua assinatura, sua vontade de se tornar parte do acordo e da cláusula arbitral que ele contém e se os signatários desse instrumento aceitaram essa

³² “The ‘mercatorists’, in essence, maintain that the leading criteria are to be derived from general principles of law [...] According to them, it is neither appropriate nor necessary to search for a legal basis in the applicable *lex causae* (i.e.. in the law governing the contract as such) to determine whether or not a third party must be deemed to have become a party to the particular contract (and with that, to the arbitration clause embedded therein). [...] the extension of an arbitration clause to a non-signatory must necessarily be made as a consequence of the *bona fides* principle, in particular its requirement to act in good faith and such principle does in fact underlie all national laws. [...] that the fair and reasonable expectations of a party deserve the overriding protection. [...] the key and fundamental principles of international trade should be judged according to the standards of internationally recognized principles consistently applied around the world [...]” (BLESSING, Mark. Preface and introductory report... 1994. p. 18).

³³ “The ‘non-mercatorist’ [...] not necessary to resort to any transnational notions, or to vague principles as those which are said to pertain to the *lex mercatoria* [...] the relevant national laws do contain all necessary legal tools and remedy to adjudicate the situation in a manner responsive to those demands of modern international business and trade.” (BLESSING, op. cit., p. 21).

vontade. Não há, portanto, que se falar em exceção ao princípio da relatividade dos contratos, nem, claro, de efeitos contratuais perante terceiros.

Quando uma sociedade pertencente a um grupo não assinou o contrato celebrado por sua subsidiária, controladora ou “irmã”, no mais das vezes é porque não quis fazê-lo. Entretanto, a vontade de não celebrar um contrato não equivale, necessariamente, à de não ser parte dele. Trata-se de duas noções diferentes, já que uma sociedade pode não querer, por múltiplas razões não fraudulentas, figurar como parte. Não é raro, aliás, que uma sociedade não parte de um contrato em sua origem venha a assim tornar-se no transcorrer de sua execução, por atos concludentes que expressem sua adesão ou sua ratificação. Apenas a análise da vontade das partes permite uma decisão concreta a respeito.

Podemos, assim, concluir que a questão de saber se uma sociedade pertencente a um grupo está vinculada à cláusula arbitral inserida num contrato assinado por outra integrante desse mesmo grupo apenas encontrará resposta na análise criteriosa e aprofundada da vontade das partes, manifestada pelo comportamento destas quando da negociação ou da execução do acordo.

A nosso ver, portanto, a “teoria da unidade econômica do grupo”, freqüentemente invocada pelos árbitros do comércio internacional e por juízes estatais de diversos países, destaca, adequadamente, os elementos que devem ser considerados na determinação da abrangência da cláusula compromissória celebrada por sociedades integrantes de um grupo econômico. É importante, porém, ressaltar que a questão central está na determinação do consentimento.

A exigência de forma escrita da cláusula arbitral no Direito brasileiro é de mera prova, não de sua essência. Podemos, por isso, concluir que “teoria da unidade econômica dos grupos”, usualmente invocada na arbitragem comercial internacional, é perfeitamente compatível com o Direito brasileiro.

Foi possível verificarmos, por outro lado, que a solução para a questão, em verdade, só pode ser definida no caso concreto. Não acreditamos, por isso mesmo, que a mudança de textos legais seja essencial para o equacionamento do problema. A noção de consentimento, aplicada em função das circunstâncias do caso concreto, é elemento essencial para se achar uma solução.

Porque o assunto já gerou, e continua gerando, muita controvérsia, entretanto, a adoção da redação proposta pela Lei Modelo UNCITRAL, conforme alterada em 2006, no

que tange à definição de convenção arbitral, contribuiria para pacificar o problema. Sua adoção, assim, é recomendável.³⁴

³⁴ Como vimos na seção anterior, a Lei-Modelo UNCITRAL, conforme alterada em 2006, contém duas sugestões de definição do que vem a ser a convenção arbitral. Qualquer uma delas, a nosso ver, é apropriada. A opção mais detalhada, porém, é que parece esclarecer, de forma mais segura, a questão.

REFERÊNCIAS

ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. **Homologação de sentenças arbitrais estrangeiras**. São Paulo: Atlas, 2008.

AGUILAR GRIEDER, Hilda. **La extensión de la cláusula arbitral a los componentes de un grupo de sociedades en el arbitraje comercial internacional**. Santiago de Compostela: De Conflictum Legum, Universidade de Santiago de Compostela, 2001.

ANCEL, Jean Pierre. L'actualité de l'autonomie de la clause compromissoire. In: **Travaux du comité français de droit international privé: années 1991-1993**. Paris: CNRS, pp. 77-107

ANTUNES, José Augusto Quelhas Lima Engrácia. **Liability of corporate groups: autonomy and control in parent-subsidiary relationships in US, German and EU Law: an international and comparative perspective**. Boston: Kluwer Law and Taxation, 1994.

ARNALDEZ; Jean-Jacques; DERAIS, Yves; HASCHER, Dominique. **Collection of ICC arbitral awards 1991-1995 = Recueil des sentences arbitrales de la CCI**. Hague: Kluwer Law International, 1997.

ARNALDEZ, Jean-Jacques; DERAIS, Yves; HASCHER, Dominique. **Collection of ICC arbitral awards 1996-2000 = Recueil des sentences arbitrales de la CCI**. Hague: Kluwer Law International, 2003.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Interpretação do contrato pelo exame da vontade contratual. O comportamento das partes posterior à celebração. Interpretação e efeitos do contrato conforme o princípio da boa-fé objetiva. Impossibilidade de venire contra factum proprium e de utilização de dois pesos e duas medidas (tu quoque). Efeitos do contrato e sinalagma. A assunção pelos contratantes de riscos específicos e a impossibilidade de fugir do "programa contratual" estabelecido. **Revista Forense**, v. 351. Pareceres, p. 278-279.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio jurídico**: existência, validade e eficácia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

BAPTISTA, Luiz Olavo. Artigos 265 a 27: grupo de sociedades e consórcios. In: VIDIGAL, Geraldo et al. **Comentários à Lei das Sociedades por Ações**: Lei nº 6.404/76. São Paulo: Forense Universitária, 1998.

BAPTISTA, Luiz Olavo. Cessão de contrato e autonomia da cláusula arbitral. In: BASSO, Maristella; CARVALHO, Patrícia Luciane de(Org.). **Lições de Direito Internacional**: estudos e pareceres de Luiz Olavo Baptista. Curitiba: Juruá, 2008. p.17-37.

BAPTISTA, Luiz Olavo. Cláusula compromissória e compromisso. In: MAGALHÃES, José Carlos de; BAPTISTA, Luiz Olavo. **Arbitragem comercial**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1986. p. 31.

BAPTISTA, Luiz Olavo. **Empresa transnacional e direito**. São Paulo: RT, 1987.

BASSO, Maristella; CARVALHO, Patrícia Luciane de(Org.). **Lições de Direito Internacional**: estudos e pareceres de Luiz Olavo Baptista. Curitiba: Juruá, 2008.

BEGUIN, Jacques; MENJUCQ, Michel (Org.). **Droit du Commerce International**. Paris: Litec, 2005.

BESSONE, Darcy. **Do contrato**: teoria geral. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BEVILÁCQUA, Clóvis. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1958.

BEVILACQUA, Clovis. **Direito das Obrigações**. Bahia: Livraria Magalhães, 1896.

BLESSING, Mark. Preface and introductory report: the arbitration agreement: its multifold critical aspects. **ASA Special Series**, no. 8, p. 7-22, Dec. 1994.

BOISSÉSON, Mathieu de. L'arbitrage et la fraude: (à propos de l'arrêt Fougerolle, rendu par la Cour de Cassation le 25 mai 1992). **Rev. Arb.**, Paris, no. 1, p. 3-12, 1993.

BOISSÉSON, Mathieu de. **Le droit français de l'arbitrage interne et international**. Paris: GLN, 1990.

BOISSÉSON, Mathieu de. Effects d'une convention d'arbitrage à l'intérieur d'un groupe de sociétés. **Bulletin Joly**, p. 999-1013, déc. 1990.

BORN, Gary. **International commercial arbitration**: commentary and materials. 2nd ed. Denter: Kluwer Law International, 2001.

BREDIN, J.D. L'amiable composition et le contrat. **Rev. Arb.**, Paris, no. 2, p. 259-271, 1984.

CAPRASSE, Olivier. **Les sociétés et l'arbitrage**. Paris: LGDJ, 2002.

CARABIBER, Charles. **L'arbitrage international de droit privé**. Paris: R Pichon et R. Durand-Auzias, 1960.

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo**: um comentário à Lei n. 9.307/96. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CARMONA, Carlos Alberto. Contrato de Joint Venture. Contratos-satélites que absorvem as previsões constantes do contrato-base. Revogação tácita e revogação expressa da cláusula compromissória. Propositura de demanda perante o Poder Judiciário brasileiro. Revogação parcial de cláusula compromissória. Manifestação de vontade no sentido de restringir os limites da cláusula compromissória. Autonomia da vontade das partes. Impossibilidade de homologar sentença arbitral estrangeira. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, n. 19, p. 165, 2008.

CHAPELLE, André. L'arbitrage et les tiers: II: le droit des personnes morales. **Rev. Arb.**, Paris, p. 475-476, 1988.

CHAPELLE, André. Le droit des personnes morales: (groupes de sociétés; interventions d'Etat). **Rev. Arb.**, Paris, no. 3, p. 496-500, 1988.

CHAPELLE, André. Note: Cour d'appel de Pau 26 novembre 1986. **Rev. Arb.**, Paris, no. 1, p. 153-161, 1988.

COHEN, Daniel. **Arbitrage et société**. Paris: LGDJ, 1993.

COHEN, Daniel. Note: Cour d'appel de Paris: (1^{re} Ch. suppl.) 11 janvier 1990: Orri v. société des Lubrifiants Elf Aquitaine. **Rev. Arb.**, Paris, no. 1, p. 99-109, 1992.

COMPARATO, Fabio Konder. Os grupos societarios na nova Lei de Sociedades por Ações. **Revista de Direito Mercantil**, São Paulo, v. 15, n. 23, p. 91-107, 1976.

COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. **O poder de controle na Sociedade Anônima**. 5. ed. Rio de Janeiro:Forense, 2008.

CRAIG, William Laurence; PARK, William W.; PAULSSON, Jan. **International Chamber of Commerce Arbitration**. 2nd ed. Paris: ICC Publishing, 1991.

CUNIBERTI, Gilles. Beyond contract: the case for default arbitration in international commercial disputes. **Fordham International Law Journal**, New York, v. 32, no. 2, p. 1-78, Oct. 2008.

DANZ, Erich. **A interpretação dos negócios jurídicos**. Tradução: Miranda. São Paulo: Saraiva, 1941.

DELEBECQUE, Philippe. La transmission de la clause compromissoire. **Rev. Arb.**, Paris, no. 1, p. 19-32, 1991.

DERAINS, Yves. **Le droit des relations économiques internationales**: études offertes à Berthold Goldman. Paris: Librairies Techniques, 1982.

DERAINS, Yves. L'extension de la clause d'arbitrage aux non-signataires: la doctrine des groupes de sociétés. **ASA Special Series**, v. 8, p. 241-243, 1994.

DERAINS, Yves. Les normes d'application immédiates dans la jurisprudence arbitrale internationale. In: FOUCHARD, Philippe; KAHN, Philippe (Coord.). **Le droit des relations économiques internationales**: études offertes à Berthold Goldman. Paris: Librairies Techniques, 1987. p. 29-46.

DERAINS, Yves. Note sur Sentence CCI n. 6519 (1991). **Journal de Droit International**, p.1065-1073, 1991.

DERAINS, Yves. Les tendances de la jurisprudence arbitrale internationale. **Journal de Droit International**, v.4, p.829-855, 1993.

DERAINS, Yves; SCHAF, Sylvie. Clauses d'Arbitrage et Groupe de Sociétés. **Revue du Droit des Affaires Internationales**, Paris, p. 231-238, 1985.

FADLALLAH, Ibrahim. Clauses d'arbitrage et groupes de sociétés. In: TRAVAUX DU COMITÉ FRANÇAIS DE DROIT INTERNATIONAL PRIVÉ: années 1984-1985. Paris: CNRS, 1987. p. 105-120.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do Direito**: técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 1994.

FERRI, Giuseppe. Concetto di controllo e di gruppo. **Scritti Giuridici**, Napoli, v. 3, t. 2, p. 1337, 1990.

FOUCHARD, Philippe. **L'arbitrage commercial international**. Paris: Dalloz, 1965. v.II.

FOUCHARD, Philippe. Où va l'arbitrage international? **McGill Law Journal**, 34, p. 435, 1989.

FOUCHARD, Philippe; GAILLARD, Emmanuel; GOLDMAN, Berthold. **Traité de l'arbitrage commercial international**. Paris: Litec, 1996

FOUCHARD, Philippe; KAHN, Philippe (Coord.). **Le droit des relations économiques internationaux**: études offertes à Berthold Goldman. Paris: Librairies Techniques, 1987. p. 29-46.

GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John. **Fouchard Gaillard Goldman on International Arbitration**. 1999. Disponível em: <<http://www.kluwerlaw.com/Catalogue/titleinfo.htm?ProdID=9041110259&name=Fouchard-Gaillard-Goldman-on-International-Commercial-Arbitration>>.

GAUDEMET, Eugène. **Théorie générale des obligations**. Paris: Sirey, 1965.

GIRSBERGER, Daniel; HAUSMANNINGER, Christian. Assignment of rights and agreements to arbitrate. **Arbitration International**, vol. 8, no. 2, p. 121-166, 1992.

GOLDMAN, Berthold. Arbitrage commercial international: convention d'arbitrage, forme et preuve. **Juris-Classeur Droit International**, Fasc. 586-4, no. 28/29.

GOLDMAN, Berthold, FRANCESKAKIS, Phocion H. **L'entreprise multinationale face au droit**. Paris: Litec, 1977.

GOMES, Orlando. **Contratos**. Coordenador Edvaldo Brito; atualizadores: Antonio Junqueira de Azevedo e Francisco Paulo De Crescenzo Marino. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GONZÁLEZ DE COSSÍO, Francisco. La nueva forma del acuerdo arbitral: aun otra victoria del consensualismo. **Revista Brasileira de Arbitragem**, São Paulo, n. 12, p. 74-89, out./dez. 2006.

GOUTAL, Jean-Louis. L'arbitrage et les tiers: I: le droit des contrats. **Rev. Arb.**, no. 3, p. 439-474, 1988.

GOUTAL, Jean-Louis. Note: Cour de Cassation (2^e Chambre Civile) 14 octobre 1987. **Rev. Arb.**, no 2, p. 288-292, 1988.

GUERREIRO, José Alexandre Tavares. **Fundamentos da arbitragem comercial internacional**. 1989. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989. Orientação do Prof. Luiz Gastão Paes de Barros Leães.

GUYON, Yves. Droit des affaires: tome 1: Droit Commercial général et sociétés. 9^{ème} éd. Paris: Economica, 1996.

HANNOUN, Charley. **Le droit et les groupes de sociétés**. Paris: LGDJ, 1991

HANOTIAU, Bernard. Groupes de sociétés et groupes de contrats dans l'arbitrage commercial international. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, Ano 4, n. 12, p. 114-123, jan./mar. 2007.

HANOTIAU, Bernard. Groupes de sociétés et groupes de contrats dans l'arbitrage commercial international. **Juriste International**, no. 3, p. 58, 2005.

HANOTIAU, Bernard. Problems raised by complex arbitrations involving multiple contracts-parties-issues: an analysis. **Journal of International Arbitration**, vol. 18, no. 3, p.253-360, 2001.

HOSKING, James. The third party non-signatory's ability to compel international commercial arbitration. **Pepperdine Dispute Resolution: Law journal**, v.4, no. 3, p. 469-587, 2004.

JARROSSON, Charles. Conventions d'arbitrage et groupes de sociétés: the arbitration agreement: its multifold critical aspects. **ASA Special Series**. no. 8, p.209-228, déc. 1994.

JARVIN, Sigvard. The group of companies' doctrine. **ASA Special Series**, no. 8, p. 181-207, 1994.

JARVIN, Sigvard. The sources and limits of the arbitrators' powers. **Arbitration International**, no. 2, p. 140-163, 1986.

JARVIN, Sigvard; DERAIS, Yves. **Collection of ICC arbitral awards 1974-1985 = Recueil des sentences arbitrales de la CCI**. Deventer: Kluwer Law, 1990.

JARVIN, Sigvard; DERAIS, Yves; ARNALDEZ, Jean-Jacques. **Collection of ICC arbitral awards: 1986-1990 = Recueil des sentences arbitrales de la CCI**. Deventer: Kluwer Law, 1994.

KAPLAN, Neil. Is the need for writing as expressed in the New York Convention and the Model Law out of step with commercial practice? **Arbitration International**, v. 12, no. 1, p.28-46, 1996.

KLEIN, Frédéric Edouard. Du caractère autonome de la clause compromissoire, notamment en matière d'arbitrage international: (dissociation de la nullité de cette clause et de celle du contrat principal). **Revue Critique de Droit International Privé**, v. 50, p. 499-522, 1961.

LAUGIER, Thierry. L'arbitrage multipartite à l'épreuve des droits nationaux. **Revue du Droit des Affaires Internationales**, no. 8, p.985-997, 1989.

LEBOULANGER, Philippe. Etat, politique et arbitrage: l'affaire du Plateau des Pyramides. **Rev. Arb.**

LEBOULANGER, Philippe. Groupes d'états et arbitrage. **Rev. Arb.**, Paris, p. 415-443, 1989.

LEBOULANGER, Philippe. Note sous Sentence Cour de Cassation du 6 janvier 1987. **Rev. Arb.**, no 4, p. 469-478, 1987.

LI, Xiao-Ying. **La transmission et l'extension de la clause compromissoire dans l'arbitrage international**. 1993. Tese (Doutorado) - Universidade de Bourgogne, Dijon, 1993. Orientação do Prof. Eric Loquin.

LOQUIN, Eric. Différences et convergences dans le régime de la transmission et de l'extension de la clause compromissoire devant les juridictions françaises. **Cahiers de l'Arbitrage**: Gazette du Palais, n.1, 1^{ère} partie , p. 7, 2002.

LOQUIN, Eric. Les pouvoirs des arbitres internationaux à la lumière de l'évolution récente du droit de l'arbitrage international. **Journal de Droit International**, Paris, p. 293-345, 1983.

MAGALHÃES, José Carlos de. Arbitragem internacional privada. In: MAGALHÃES, José Carlos de, BAPTISTA, Luiz Olavo. **Arbitragem comercial**. São Paulo: Freitas Bastos, 1986.

MAGALHAES, Jose Carlos de; BAPTISTA, Luiz Olavo. **Arbitragem comercial**. São Paulo: Freitas Bastos, 1986.

MARTINS, Pedro A. Batista. **Apontamentos sobre a lei de arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

MARTY, Gabriel; RAYNAUD, Pierre. **Droit Civil**: les obligations. Paris: Sirey, 1962. t. II, v. 1.

MASSAGUER, José. La estructura interna de los grupos de sociedades: (aspectos jurídico-societarios). **Revista de Derecho Mercantil**, Madrid, no. 192, p. 281-313, abr./jun, 1989.

MAYER, Pierre. L'arbitrage et les tiers: I: le droit des contrats. **Rev. Arb.**, Paris, no. 3, p. 499, 1988. Intervenções à apresentação de Jean-Louis Goutal.

MAYER, Pierre. La circulation des conventions d'arbitrage. **Journal de Droit International**, p. 253, 2005.

MAYER, Pierre. Les limites de la séparabilité de la clause compromissoire. **Rev. Arb**, Paris, no. 2, p. 359-368, 1998.

MAYER, Pierre. Note sous Paris: 28 novembre 1989 et Paris 8 mars 1990. **Rev. Arb.**, Paris, p. 689, 1990.

MAYER, Pierre. Le principe de bonne foi devant les arbitres du commerce international. In: ETUDES DE DROIT INTERNATIONAL: en l'honneur de Pierre Lalive. Basilea: [s. n.], 1993. p. 543-556.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

MOREAU, Bertrand. Introduction. **Rev. Arb.**, Paris, p. 431, 1988.

MUNHOZ, Eduardo Sechi. Arbitragem e grupos de sociedades. In: VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc (Org.). **Aspectos da arbitragem institucional: 12 anos da Lei 9.307/1996**. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 149-180.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. Desconsideração da personalidade jurídica e grupos de sociedades. **Revista de Direito Mercantil**, São Paulo, v. 143, n. 134, p. 25-47, abr./jun. 2004.

OLIVEIRA, José Lamartine Corrêa de. **A dupla crise da pessoa jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1979.

OPPETIT, Bruno. Présentation générale. **Rev. Arb.**, Paris, no. 3, p. 435, 1988.

PENTEADO, Luciano de Camargo. **Efeitos contratuais perante terceiros**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Orientação do Prof. Antonio Junqueira de Azevedo.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

PETITPIERRE-SAUVAIN, Anne. Groupes de sociétés et droit des sociétés. **Etudes suisses de droit européen**, Genève, p. 21, 1972.

PLANIOL, Marcel; RIPERT, Georges. Obligations: première partie. In:_____. **Traité pratique de Droit Civil français**. Paris: Librairie Generale de Droit & Jurisprudence, 1930. Tome II:

PLANIOL, Marcel; RIPERT, Georges **Traité pratique de Droit Civil français**. Paris: Librairie Generale de Droit & Jurisprudence, 1930.

POUDRET, Jean-François. L'extension de la clause d'arbitrage: approches française et suisse. **Journal de Droit International**, Paris, p.83-915, 1995.

POUDRET, Jean-François. Trois remarques au sujet de la théorie des groupes de sociétés. **Bulletin de l'Association Suisse d'Arbitrage**, p. 145-148, 1995.

POUDRET, Jean-François; BESSON, Sébastien. **Droit Comparé de l'Arbitrage International**. Bruxelles: Bruylant, 2002.

PRADO, Vivianne Muller; TRONCOSO, Maria Clara. Análise do fenômeno dos grupos de empresas na jurisprudência do STJ. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, ano 11, n. 40, p. 97-120, abr./jun. 2008.

PRENTICE, Dan. The law of corporate groups in Great Britain. In: COLÓQUIO SOBRE GRUPOS DE SOCIEDADES, 1995, Veneza. **Atos. P**

RÁO, Vicente. **O direito e a vida dos direitos**. 6. ed. anot. e atual. com o novo Código Civil por Ovídio Rocha Barros Sandoval. São Paulo: RT, 2005.

REDFERN, Allan, HUNTER, Martin. **Law and practice of international arbitration**. 4th ed. Stamford: Sweet and Maxwell, 2004.

RIPERT, Georges; ROBLOT, René. **Traité de Droit Commercial**. 15^{ème} ed. Paris: LGDJ, 1993.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 1973.

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 1988.

SANDROCK, Otto. Arbitration agreements and groups of companies. **The International Lawyer**, v. 27, p.941-961, 1993.

SCHAPIRA, Jean. Quelques aspects juridiques récents de l'activité des entreprises dites multinationals. In: TRAVAUX DU COMITÉ FRANÇAIS DE DROIT INTERNATIONAL PRIVÉ: 1973-1975. Paris: Dalloz, 1977.

SCHLÖSSER, Karin. A. Arbitration clauses in maritime contracts and their binding effects on groups of companies. **Journal of International Arbitration**, v. II, no. 4, p. 127-134, 1994.

Disponível

em:

<<http://www.kluwerarbitration.com/arbitration/DocumentFrameSet.aspx?ipn=8238>>.

Acesso em: 03 set. 2008;

SERAGLINI, Christophe. L'arbitrage commercial international. In: BEGUIN, Jacques; MENJUCQ, Michel (Org.). **Droit du Commerce International**. Paris: Litec, 2005.

STAUFFER, Emmanuel. L'extension de clause arbitrale à des non-signataires. **ASA Special Series**, no 8, p. 229-236, 1994.

STRENGER, Irineu. A arbitragem como modo de inserção de normas da Lex Mercatoria na ordem estatal. **Revista Brasileira de Arbitragem**, São Paulo, n. 3, p. 13, jul./set. 2004.

TSCHANZ, Pierre-Yves. Note: Cour d'appel de Paris (1re Ch. urg.) 30 novembre 1988: Société Korsnas Marma v. société Durand-Auzias. Cour d'appel de Paris (1re Ch. Suppl.) 14 février 1989: Société Ofer Brothers v. The Tokyo Marine and fire Insurance Co ltd et autres. **Rev. Arb.**, Paris, p. 698-709, 1989.

VAN DEN BERG, Albert Jan. **The New York Arbitration Convention of 1958**: towards a uniform judicial interpretation. Deventer: Kluwer Law and Taxation, 1981.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc (Org.). **Aspectos da arbitragem institucional**: 12 anos da Lei 9.307/1996. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 149-180.

VIANDIER, A. Les operations financieres au sein des groupes de societétés: (etude de deux confirmations récentes). **Jurisclasser Périodique**: la semaine juridique, no. 18, CP 1985.I.3188, 1985.

VIDAL, Dominique. L'extension de l'engagement compromissaire dans un groupe de sociétés: application arbitrale et judiciaire de la théorie de l'alter ego. **Bulletin de la Cour Internationale d'Arbitrage de la CCI**, v. 16, no. 2, p. 67, 2^o semestre 2005.

VIDIGAL, Geraldo et al. **Comentários à Lei das Sociedades por ações**: Lei nº 6.404/76. São Paulo: Forense Universitária, 1998.

WALD, Arnoldo. A arbitragem, os grupos societários e os conjuntos de contratos conexos ou conjuntos contratuais conexos. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 31-59, maio/ago 2004.

WALD, Arnoldo. A teoria dos grupos de sociedades e a competência do juízo arbitral. **Revista de Direito Mercantil: Industrial, Econômico e Financeiro**, ano XXXV, n. 101, p. 21-26, jan./mar. 1996.

XIAO-YING. **La transmission et l'extension de la clause compromissaire dans l'arbitrage international**. 1993. Tese (Doutorado) – Universidade de Bourgogne, Dijon, 1993. Orientação do Prof. Eriq Loquin